



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORES PF-UFES

PARECER n. 407/2019/PROC UFES/PFUFES/PGE/AGU

NUP: 23068.043309/2019-23

INTERESSADOS: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES

ASSUNTOS: CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS

EMENTA: ANÁLISE DE CONVÊNIO. LEI Nº 11.788/08 E RESOLUÇÕES 74/2010-CEPE/UFES E 75/2010-CEPE/UFES. ART. 55 E ART. 116 DA LEI Nº 8.666/93. SEM ÓBICE.

Senhor Procurador Chefe:

I - RELATÓRIO.

1. Trata-se de minuta de convênio a ser celebrado entre a **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES** e a **UNIVIÇOSA - UNIÃO DE ENSINO SUPERIOR DE VIÇOSA LTDA**, sociedade civil de direito privado, com vistas à realização de estágios obrigatório, na forma prevista na **Lei nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008 E RESOLUÇÕES 74/2010-CEPE/UFES e 75/2010-CEPE/UFES**.

2. O presente Termo de Convênio objetiva formalizar as condições básicas em cooperação mútua, para realização de estágio obrigatório, dos alunos regularmente matriculados na UNIVIÇOSA e na UFES, nas dependências de ambas INSTITUIÇÕES DE ENSINO, conforme o disposto na Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, e demais dispositivos legais pertinentes.

3. Consta nos autos a Justificativa de Interesse Institucional.

4. O pedido de exame fundamenta-se no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, *in verbis*: “*As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.*”

5. É a síntese.

II - ANÁLISE JURÍDICA.

6. São caracterizadas como estágio curricular as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, de realização obrigatória, proporcionadas ao aluno pela participação em situações reais de vida e trabalho em seu meio, sendo realizadas, neste caso, junto às CONCEDENTES.

7. Consta na CLÁUSULA TERCEIRA: *Das Responsabilidades da UNIVIÇOSA e da UFES. III Providenciar Apólice de Seguro Escolar Contra Acidentes Pessoais em favor dos alunos regularmente matriculados nos respectivos cursos*. No entanto, no presente termo de convênio, não foi indicado à rubrica no qual correrá o recurso financeiro que a Universidade alocará como contrapartida institucional, tendo em vista que haverá desembolso de recursos financeiros para custear o seguro contra acidentes dos alunos.

8. Destarte, deverá constar no **Plano de Trabalho** à rubrica no qual correrá o recurso financeiro que a Universidade alocará como contrapartida institucional previsto no art. 55 e art. 116 da Lei nº 8.666/93, *verbis*:

Art. 55

(...)

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§1º A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do objeto a ser executado;

II - metas a serem atingidas;

III - etapas ou fases de execução;

IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;

V - cronograma de desembolso;

9. Dessa feita, em primeira análise, importa considerar que o convênio em exame submete-se à regulamentação contida na **Lei no 11.788/2008**, a qual prevê, expressamente, que as instituições de ensino estão autorizadas a celebrar com entes públicos e

privados, convênio de concessão de estágio, o qual não dispensa a celebração do termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino. Eis o teor dos artigos 1º, 3º e 8º, da norma referida:

“**Art. 1º** Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e freqüência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei.”

III - CONCLUSÃO.

10. Em conclusão, opino favoravelmente à aprovação da minuta proposta, por entender que os demais termos encontram-se em conformidade com a legislação pertinente, ressaltando-se, sempre, que a análise da conveniência e oportunidade de sua celebração é da Administração Superior desta Universidade.

11. Isto posto, após o cumprimento da recomendação acima, não vislumbro óbice ao presente convênio, tendo em vista que a minuta de convênio e o plano de trabalho estão de acordo com a Lei nº 8.666/93.

À consideração superior.

Vitória, 16 de julho de 2019.

OSWALDO HORTA AGUIRRE FILHO
PROCURADOR FEDERAL

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23068043309201923 e da chave de acesso 5bd6cffa